

O ASSENTAMENTO ISRAELITA NA TERRA DE CANAÃ: modelos críticos.

The Israeli settlement on the land of Canaan: critical models.

Joel de Sá Pinto¹

RESUMO

O objetivo desse artigo é mostrar como a explicação tradicional da conquista israelita da terra de Canaã foi, a partir dos estudos críticos da Bíblia, sendo revisada. Passaremos pela questão da historiografia do Antigo Testamento, e mostrar como surgiram os modelos que visam trazer uma explicação mais “científica” ou mais plausível de como se deu a tomada da terra. Os modelos aqui apresentados serão: modelo de migração, modelo de infiltração e modelo da revolução. Por fim, abordaremos como Josué 1-12 e os modelos críticos podem conviver juntos.

PALAVRAS – CHAVE: A conquista de Canaã; Historiografia do Antigo Testamento; Modelos Críticos; Josué 1-12; Israel.

ABSTRACT

The purpose of this article is to show how the traditional explanation of the Israelite conquest of the land of Canaan was revised from critical Bible studies. We will go through the question of Old Testament historiography, and show how the models that aim to bring a more "scientific" or more plausible explanation of how the land was taken. The models presented here will be: migration model, infiltration model and revolution model. Finally, we will discuss how Joshua 1-12 and critical models can live together.

Keywords: The conquest of Canaan; Old Testament Historiography; Critical models; Joshua 1-12; Israel.

¹ Pós-graduado em Teologia pela Faculdade Cristã de Curitiba (FCC). Bacharel em Teologia pela FCC). E-mail: joelds60@gmail.com



INTRODUÇÃO

A questão do assentamento israelita na terra de Canaã por muitos séculos não foi um problema para intérpretes bíblicos judaicos e cristãos. Isso, porque, na opinião da maioria, o relato de Josué 1-12, por exemplo, relata de forma objetiva, histórica e viva como as doze tribos israelitas, depois de saírem da escravidão no Egito, vivendo um período em peregrinação pelo deserto, sob às ordens do guerreiro Josué, atravessam o rio Jordão e conquistam, uma a uma, as cidades dos cananeus que nada puderam fazer para impedirem os descendentes de Jacó.

Dessa forma, por toda Antiguidade e Idade Média não houve dificuldades para aceitar os relatos veterotestamentários como fonte puramente histórica. O que aconteceu, aconteceu literalmente como contam os livros de Josué, Números e Juízes.

De acordo com o relato bíblico de Josué 1-12, a terra de Canaã foi conquistada pelos Israelitas. Segundo Josué 11.16-20:

Josué tomou toda aquela terra, as montanhas, e todo o sul, e toda a terra de Gósen, e as planícies, e as campinas, e as montanhas de Israel, e as suas planícies; desde o monte Calvo, que sobe a Seir, até Baal-Gade, no vale do Líbano, às raízes do monte de Hermom; também tomou todos os seus reis, e os feriu, e os matou. Por muitos dias, Josué fez guerra contra todos esses reis. Não houve cidade que fizesse paz com os filhos de Israel, senão os heveus, moradores de Gibeão; por guerra as tomaram todas. Porquanto do SENHOR vinha que o seu coração endurecesse, para saírem ao encontro a Israel na guerra, para os destruir totalmente, para se não ter piedade deles, mas para os destruir a todos, como o SENHOR tinha ordenado a Moisés. (BÍBLIA ALMEIDA REVISTA E CORRIGIDA)



Porém, o quadro tão utilizado durante quase todo período da interpretação bíblica será praticamente criticado pelo estudo crítico da Bíblia, estudo este que começa a surgir praticamente no século XVII d.C. Por isso, faz-se necessário conhecer o problema da historiografia do Antigo Testamento antes de prosseguir aos três modelos críticos que buscam explicar o assentamento israelita na terra de Canaã.

1. O PROBLEMA DA HISTORIOGRAFIA BÍBLICA

Para muitos estudiosos bíblicos tradicionais, os relatos nas páginas dos livros sagrados são o que a historiografia moderna parece tentar negar: histórias, de fato. Para eles, cada afirmação de acontecimentos e fatos são verdadeiros e aconteceram da forma como os relatos mostram, literalmente.

Antes de entrar na questão do assentamento israelita na terra de Canaã, por ser um problema histórico, será abordado primeiramente a questão da historiografia bíblica. De que maneira ela tem se desenvolvido?

Por longo período de tempo, da Antiguidade à Idade Média, a questão do estabelecimento das tribos israelitas em solo cananeu não apresentava grandes problemas. Era, na verdade, questão fácil de ser respondida: bastava uma leitura atenciosa de Josué 1-12, por exemplo, para se ter um quadro detalhado e vivo de como as doze tribos, depois de deixarem a escravidão no Egito, passando por uma longa peregrinação no deserto, sob as ordens do guerreiro Josué, mediante a muitas guerras sangrentas, os descendentes de Abraão atravessam o rio Jordão e conquistam a Terra Prometida.

Aqui, o relato bíblico de Josué 1-12 é encarado por judeus e cristãos como fonte histórica e objetiva. Ou seja: o estabelecimento da terra de Canaã pelas tribos israelitas se deu da forma como mostra o quadro bíblico.

Depois do século XVII d.C., os estudos bíblicos começaram a mudar com o surgimento de estudiosos como



Grotius, Hobbes e Espinosa. Neles, os textos bíblicos começaram a receber tratamentos mais críticos. Muitos dos tais tratamentos críticos, ainda hoje, são sustentados por estudiosos modernos. Foi a partir de tais estudiosos, já citados, que os livros bíblicos começaram a ser analisados como qualquer outro livro, sem levar em conta a Doutrina da Inspiração.

No século XVIII d.C., “vemos a Bíblia e o cristianismo sujeitos a um exame e crítica vigorosos e sem precedentes nas mãos dos deístas” (BAKER; ARNOLD, 2017, p. 149). Os deístas buscavam por uma religião puramente racional. Por isso, pensavam que os livros bíblicos precisavam passar por um refinamento. Assim, os elementos como milagres, acontecimentos fantásticos, precisavam ser explicados racionalmente ou encarados como lendas, histórias, visões de um povo pré-científico.

Como afirma Henri Cazelles, “para redigir uma verdadeira história de Israel, teve-se de esperar pela possibilidade de situar Israel e sua Bíblia no contexto do desenvolvimento das civilizações orientais” (CAZELLES, 1986, p. 24). De acordo com o mesmo autor, a “verdadeira história” seria possível depois de alguns acontecimentos: viagens pelo oriente realizadas por Michaud e pelos Niebuhr; desenvolvimento da crítica bíblica; e por fim, pela decifração das línguas antigas, como o fenício, os hieróglifos e os cuneiformes mesopotâmicos.

O objetivo do artigo em questão é mostrar três pontos de vistas ou modelos críticos que buscam explicar como Israel se instalou na terra de Canaã. De que maneira os modelos críticos se aproximam e se afastam dos relatos bíblicos? Lendo Josué 1-12 e Juízes capítulo 1 nota-se que esses relatos, só com muito esforço, podem ser mais ou menos harmonizados. Será que os modelos críticos podem ajudar nessa questão da harmonização ou explicar as diferenças dos relatos?

Utilizaremos o autor Herbert Donner (1997, p. 144-148) que apresenta, em sua obra “História de Israel e dos povos vizinhos”, *três modelos críticos* que se esforçam para explicar a tomada da terra prometida: o *modelo da migração*, o *modelo da*



infiltração e o modelo da revolta. O Objetivo do artigo em questão é analisar esses três modelos, ponderando os pontos positivos e negativos dos mesmos.

2. OS TRÊS MODELOS CRÍTICOS DA TOMADA DA TERRA DE CANAÃ

Há geralmente propostos três modelos para a exposição da conquista da terra de Canaã por Israel.

2.1. O modelo de migração

O primeiro modelo abordado aqui é o modelo de migração. O modelo em questão surgiu no século XIX d.C. como forma crítica ao quadro pintado em Josué 1-12. Vejamos alguns posicionamentos do modelo de migração.

Diferentemente do que conta o livro de Josué, para o modelo de migração a tomada da terra de Canaã não se deu de forma unívoca, ou seja, não se deu de uma só vez. Ela aconteceu, sim, “numa multiplicidade de tomadas da terra.” (DONNER, 1997, p. 144). Assim, seriam diversas conquistas isoladas e não uma só conquista.

Destoando ainda de Josué 1-12, o modelo de migração mostra que a tomada da terra de Canaã não foi realizada por uma liga de doze tribos. Para o modelo, o que existiram foram “várias ondas de imigrantes nômades [que] chegaram do deserto de diversos lados e em diversos momentos à Palestina, onde se fixaram.” e são esses nômades que “se uniram e formaram “Israel” só no solo da Palestina.” (DONNER, 1997, p. 144).

Ainda, se contrapondo ao relato de Josué, o modelo de migração opta por uma ocupação mais pacífica e menos bélica, que é explicado da seguinte maneira:

As vezes o processo se dava de forma pacífica, sobretudo onde a sedentarização não topava com resistências, p. ex. na região montanhosa. Entretanto, na maioria das vezes



se dava de forma bélica, onde a vontade de assentamento dos nômades entrava em conflito com os direitos e as reivindicações da população Cananéia anterior da Palestina (DONNER, 1997, p. 144).

Com base nesse modelo é possível afirmar que nem sempre a tomada — melhor dizendo, as tomadas — se deu de forma violenta, tendo no cenário guerras ferozes e extermínio de todos nativos da terra ocupada. E dessa forma, o modelo de migração mostra uma tomada da terra de Canaã de maneira diferente da narrada em Josué 1-12. Porém, precisamos analisar a questão com atenção.

E, se o modelo de migração se afasta do relato de Josué 1-12, ele é o que mais se aproxima do quadro bíblico desenhado em Juízes capítulo 1 e é o que mais se afasta do relato de Josué 1-12. A crítica bíblica, ao buscar uma reconstrução da história de Israel, prefere o material de Juízes 1 do que de Josué 1-12. Porém, ressalta-se que mesmo em Juízes o que se tem são relatos de guerras escritos de “forma generalizada e nacionalizada.” (DONNER, 1997, p. 144). Ou seja: não são relatos puramente históricos: há muita paixão bélica envolvida. Contudo, o modelo da migração apresenta suas vantagens:

As vantagens deste modelo são óbvias: é um modelo crítico que, mesmo assim, não se afasta demais do quadro bíblico da tomada da terra e possibilita a consideração adequada do que no ambiente de fala inglesa se chama de “*archaeological evidence*” (DONNER, 1997, p. 145).

Em outras palavras, o modelo da migração permite que o pesquisador continue utilizando o texto do AT como fonte para sua pesquisa e ainda consegue apoio da arqueologia da terra santa com suas descobertas. Bíblia e arqueologia, aqui, são dois apoios importantes para a reconstrução da história israelita.

Porém, até os modelos críticos precisam ser criticados. E não é diferente com o modelo crítico da migração. O próprio



Donner levanta algumas perguntas críticas “de peso” contra esse modelo e:

a pergunta principal é: que tipo de nômades guerreiros eram esses que, vindo de fora, ocuparam a Palestina, em parte de forma pacífica, em parte conquistando-a pela força militar? Grupos que estivessem em condições de realizar tais ações são desconhecidos no Oriente Antigo do 2º e do início do 1º milênio a.C. (DONNER, 1997, p. 145).

É importante ressaltar um ponto muito interessante nos estudos críticos: eles permitem ser criticados. Muitas das soluções críticas se colocam como pressupostos, como respostas plausíveis, mas nunca como dogmas ou resposta final.

2.2. O modelo da infiltração

Já o modelo da infiltração é do estudioso Albrecht Alt. Neste caso, a tomada da terra seria “o resultado da transumância de nômades criadores de gado miúdo, das margens da estepe e do deserto.” (DONNER, 1997, p. 145). Neste modelo crítico, também, o pesquisador afasta-se do quadro bíblico de Josué 1-12. Como, porém, foi que homens e mulheres nômades assentaram-se na terra?

Os nômades de transumância praticavam inicialmente uma pastagem de verão nas regiões montanhosas cobertas de mato, até que devagar o pêndulo da transumância deixou de oscilar para eles, fazendo-os passar gradualmente para a sedentariedade e para o modo de vida agrícola (DONNER, 1997, p. 145).

No modelo da infiltração não existe espaço para as guerras sangrentas mostradas nos relatos de Josué 1-12. O assentamento foi acontecendo de forma bastante pacífica, sem a utilização de força bélica. Como diz Donner (1997, p. 145), somente “num segundo estágio, chamado por Alt de “fase expansionista”,



ocorreram num ou noutro lugar confrontações bélicas com os cananeus, dos quais as sagas bíblicas de conquista poderiam ser um reflexo longínquo.” Também aqui, nota-se uma aproximação maior com o relato de Juízes 1. Donner (1997, p.145) reconhece que “contra este modelo não se pode argumentar seriamente nem com a seqüência da exposição bíblica — primeiro conquista, depois assentamento — nem com a *‘archaeological evidence’*.”

O problema com esse modelo crítico, como aborda Donner (1997, p.145), é, “de novo a questão dos nômades. Alt partiu da analogia moderna do sistema beduíno palestinese e o retrojetou para a época dos fins do 2- milênio a.C.”. E a pergunta levantada é para saber se já, naquela época, existiram nômades deslocando seus rebanhos para terras melhores de período em período do ano para melhor se alimentar e alimentar seus animais.

2.3. O modelo da revolta

Em 1962 George Mendenhall publicou a obra “*The Hebrew Conquest of Palestine*”. Foi nessa obra que tem divulgação o modelo da revolta. Porém, o modelo em questão surge como crítica aos outros dois anteriores: o modelo de migração e modelo da infiltração que, conforme descreve Donner, para Mendenhall os modelos de migração e da revolta “partem de três pressupostos básicos: 1. os israelitas vieram de fora para a Palestina; 2. eram nômades; 3. sua solidariedade se baseava em parentesco étnico. De acordo com Mendenhall, esses três pressupostos estão errados” (DONNER, 1997, p. 146).

O modelo da revolta baseia-se na teoria de que Israel se compunha, em grande parte, de cananeus nativos que se revoltaram contra seus soberanos e uniram suas forças com um grupo nuclear de invasores e/ou infiltradores vindos do deserto – o grupo de Moisés (DONNER, 1997, p.146-147).

K. Lawson Younger Jr., no artigo “Israel primitiva no estudo bíblico acadêmico recente” escreve explicando como se



deu o assentamento israelita em Canaã segundo o modelo da revolução de Mendenhall:

As cidades-estados semi-independentes de Canaã, por intermédio do controle que detinham terras das terras agrícolas e vilas circunvizinhas, criaram uma estratificação social acentuada entre, de uma lado, o rei e sua população urbana e, de outro lado, os fazendeiros e os pastores rurais. O resultado foi que a população urbana passou a oprimir a população rural. A emergência em Canaã de um grupo apartado identificado nas inscrições contemporâneas como *habiru/hapiru* (= os hebreus) foi o catalisador que incitou a revolta entre os camponeses fazendeiros (BAKER e ARNOLD, 2017, p. 181).

Nota-se que o modelo da revolução mostra que houve conflito. Porém, que conflito seria esse? Seria um conflito bélico? “De acordo com Mendenhall, no entanto, essa revolta foi mais uma revolução cultural e ideológica que política” (BAKER e ARNOLD, 2017, p. 181). Nota-se, também, que o modelo destoa completamente dos relatos encontrados no livro de Josué.

Outro estudioso que também encara as origens da antiga Israel como uma “revolta” é Gottwald. Porém, “ele difere grandemente de Mendenhall no fato de que ele vê as origens em uma revolução principalmente política semelhante à da ideologia marxista.” (BAKER e ARNOLD, 2017, p. 181). Ou seja, para o estudioso em questão, para entendermos a história do Israel primitivo, o caminho seria a interpretação marxista. Isso nos leva a pensar que quando o modelo crítico da revolução surge é um momento em que a hermenêutica marxista estava cada vez mais presente nos estudos bíblicos.

3. O RELATO DE JOSUÉ 1-12 E OS MODELOS CRÍTICOS

Diante dos três modelos críticos que praticamente se colocam como um contraponto a Josué 1-12, pergunta-se nesta



última parte pelo papel do livro de Josué na reconstrução da história do Israel primitivo. Será que o material de Josué, por ser escrito tempos depois dos fatos narrados e por ser escrito com paixão nacionalista, deve ser totalmente descartado como fonte histórica?

Falando dos estudiosos atuais sobre essa questão, Baker e Arnold mostram que “o consenso geral entre os estudiosos do Antigo Testamento é que o livro de Josué não tem valor na reconstrução histórica” (BAKER e ARNOLD, 2017, p. 199), nesse caso, de Israel. Isso porque encaram que o livro é bem mais tardio do que os fatos narrados. Outro problema, apontam os críticos, são as contradições que existem entre Josué e Juízes: como pode existir duas obras historicamente confiáveis sendo que as duas mostram conquistas diferentes?

Outro motivo que tem feito muitos estudiosos a abandonarem o livro de Josué como fonte histórica são as discrepâncias do livro em relação à arqueologia. Porém, segundo Baker e Arnold, “essa opinião concernente às contradições entre Josué e a arqueologia baseia-se em geral em duas concepções equivocadas” (BAKER e ARNOLD, 2017, p. 200). Uma das concepções erradas é ler o livro de Josué em sua literalidade e de forma superficial. E o livro de Josué foi e tem sido lido como meio para provar algumas descobertas da arqueologia. Ou seja: o arqueólogo diante de suas descobertas nas pedras e no solo, buscava em Josué a explicação para seu achado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o assentamento israelita na terra de Canaã, entender a formação do Estado de Israel, ainda hoje, não são tarefas fáceis e consensuais. Pois, as fontes quase que exclusivamente continuam sendo os textos bíblicos que são, em sua natureza, teológicos e influenciados por ideologias religiosas e até mesmo políticas: são crenças de um povo que se vê como separado e escolhido, por Javé, dentre tantos outros povos.



Porém, diante dos modelos críticos é preciso utilizar o senso crítico para “criticá-los”. Pois, os estudiosos críticos trabalham com pressupostos e probabilidades, nem sempre fechando a questão e dando-a por terminada.

Diante das conclusões dos estudos críticos, não é preciso abandonar os textos bíblicos como fontes da história israelita, porém, não é preciso, em contrapartida, buscar uma harmonização forçada na tentativa de explicar as contradições existentes.

Desse modo, Josué continua sendo um relato digno de crença, por ser Palavra de Deus, principalmente no quesito teológico. Partindo para a historiografia, é preciso levar em conta os modelos críticos, recorrendo a eles como auxílios e ferramentas hermenêuticas que ajudam a entender o contexto do texto.

Os estudos críticos da Bíblia, sejam no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento, muitas vezes assustam os intérpretes mais tradicionais pelo fato de muitas vezes apontarem algumas contradições de um mesmo evento nos relatos bíblicos. Aceitar a hipótese de contradição seria, para os estudiosos tradicionais, negar a doutrina da inspiração bíblica. Porém, o que é preciso, talvez, é repensar a doutrina da inspiração e não fechar os olhos para os avanços dos estudos críticos como se fossem obras de céticos e simples racionalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER, D. W.; ARNOLD, B. T. **Faces do Antigo Testamento**: uma exame das pesquisas mais recentes. 1^a. ed. Rio de Janeiro : CPAD, 2017.

BÍBLIA Sagrada: Almeida Revista e Corrigida. 4^a. ed. São Paulo: SBB, 2009.



CAZELLES, H. **História política de Israel:** desde as origens até Alexandre Magno. São Paulo: Paulinas, 1986.

DONNER, H. **História de Israel e dos povos vizinhos.** São Leopoldo: Sinodal, v. I, 1997

